

UNIVERSIDADE EM CONTEXTOS EMERGENTES: O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA UTFPR

University in emerging contexts: the internationalization process of UTFPR

Paula Bottega Cichoski¹; Marlize Rubin-Oliveira².

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável (PGDR) Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). *E-mail*: paulasbottega@hotmail.com

² Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável (PGDR) Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); Coordenadora do Grupo de Estudos sobre Universidade (GEU/UTFPR) - *Visiting Scholar* da University of Georgia - EUA. *E-mail*: rubin@utfpr.edu.br

Data do recebimento: 01/12/2017 - Data do aceite: 28/08/2018

RESUMO: Este artigo tem o objetivo de analisar como o processo de internacionalização tem se configurado e suas implicações na Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR. Realizou-se pesquisa documental, a partir da análise do Plano de Desenvolvimento Institucional da UTFPR (PDI 2013-2017). Foi possível verificar que a internacionalização está presente nas universidades brasileiras desde seus primórdios e foi ganhando espaço na agenda da educação mundial. A análise das ações da UTFPR, a partir do PDI, mostrou que esta tem um grande interesse na internacionalização, aparecendo como meta, porém não existem ações definidas. O Programa mais significativo, até o momento, é o Ciência Sem Fronteiras, com participação de mais de 2.000 estudantes.

Palavras-chave: Universidade Brasileira. UTFPR. Internacionalização da Educação Superior.

ABSTRACT: This article aims to analyze how the internationalization process has been configured and its implications at the Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR. Documentary research was carried out, based on the analysis of the Institutional Development Plan of UTFPR (PDI 2013 - 2017). It was possible to verify that the Internationalization has been present in the Brazilian universities from its beginnings and has gained space in the

agenda of the world education. The analysis of the actions of UTFPR, from the PDI, showed that it has a great interest in Internationalization, appearing as a goal, but there are no defined actions. The most significant Program Ciência Sem Fronteiras, with the participation of more than 2,000 students.

Keywords: Brazilian University. UTFPR. Internationalization of Higher Education.

Introdução

O presente artigo tem o objetivo de analisar como o processo de internacionalização tem se configurado e suas implicações na Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR. A história da UTFPR inicia-se em 1910, no Primeiro Período da República (1920-1940), com a criação da Escola de Aprendizes e Artífices, em Curitiba, período esse fortemente marcado pela industrialização. Ao longo de sua história houve diversas transformações que culminaram não na criação, mas na transformação em universidade. Ressalta-se que ela se caracteriza como uma instituição centenária, porém se configurou como universidade apenas em 2005 (UTFPR, 2013). O contexto da industrialização e da maneira como a produção do conhecimento foi sendo conduzida, ligada ao modo de produção capitalista, influenciou as modificações ocorridas nas universidades brasileiras e, dessa forma, observa-se que a Internacionalização da Educação Superior está presente na UTFPR, desde os anos 1950.

Nesse sentido, entende-se que a Internacionalização da Educação Superior é um conjunto de ações, políticas e programas que apontam para maiores interações, com distintas ênfases, entre as universidades e o cenário internacional de globalização. Esse conceito está pautado em duas principais autoras, Knight (2010; 2012; 2014) e Morosini (1997; 2006), que apontam que esse é um

esforço da Educação Superior para atingir as exigências e desafios que se relacionam com a globalização da sociedade, da economia e do mercado de trabalho, em que há uma maior exigência das pessoas estarem mais interconectadas com as mudanças globais.

A discussão baseia-se nos principais conceitos de Mendonça (2000), Fávero (2006) e Gomes e Moraes (2012), para a história da universidade brasileira; Knight (2010; 2012; 2014) e Morosini (1997; 2006), usadas para fundamentar a discussão da internacionalização da Educação Superior (ES) e Kreimer (2009), para a relação centro e periferia. O documento analisado foi o Plano de Desenvolvimento Institucional da UTFPR (PDI 2013-2017), que baliza o cotidiano da UTFPR, “orientando ações, dimensionando recursos, articulando pessoas, monitorando indicadores e reorientando o planejamento com vistas ao cumprimento das metas e, por conseguinte, dos princípios, finalidades e objetivos definidos pela Lei de Criação da UTFPR”. (UTFPR, 2013, p. 16).

Dessa forma, o presente artigo está dividido em duas seções: a primeira, cujo título é Internacionalização da UTFPR: caminhos percorridos; e a segunda, que busca estabelecer algumas sínteses como Considerações Finais.

Internacionalização da UTFPR: Caminhos Percorridos

A história da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) tem início com

a da criação da Escola de Aprendizes e Artífices, em 1910, em Curitiba. O objetivo dessa Escola era o ensino nas áreas de sapataria, alfaiataria, marcenaria, serralheria e, posteriormente, de pintura decorativa e escultura ornamental. A UTFPR não foi criada, mas sim transformada ao longo do tempo, até se configurar como universidade (UTFPR, 2013).

A criação das escolas técnicas ocorreu como um processo de sistematização de saberes, para a transmissão de conhecimento técnico, em atendimento a uma demanda de produção para a indústria. A realidade material era de uma nova estrutura de produção de conhecimento, pois a forma como os artesãos produziam o conhecimento já não servia para o modo de produção capitalista. O tempo para produzir um sapato, por exemplo, era muito grande e as necessidades eram de uma produção em grande escala.

Em 1937, a Escola de Aprendizes e Artífices passou a se chamar Liceu Industrial do Paraná, iniciando o ensino em âmbito de ginásio industrial. Em 1942, ele sofreu uma reforma, introduzindo o ensino na forma de ciclos (ensino industrial básico, de mestria e artesanal e o ensino técnico e pedagógico). A partir dessa reforma, “o Liceu passou a chamar-se Escola Técnica de Curitiba, ofertando os cursos de Construção de Máquinas e Motores, Edificações, Desenho Técnico e Decoração de Interiores” (UTFPR, 2013, p. 18) e instituiu-se a rede federal de instituições de ensino industrial (UTFPR, 2013).

No final dos anos de 30, foram criados os projetos de construção da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade do Distrito Federal (UDF), sendo que, conforme Mendonça (2000), havia a ideia comum aos projetos da USP e da UDF, de formar na universidade as elites que, com base na autoridade do saber.

A UDF sobreviveu por pouco tempo (até 1939), por interferência política do Estado Novo, que não concordava com o seu exer-

cício de liberdade, nem com sua autonomia (FÁVERO, 2006). Ele acabou por incorporá-la à Universidade do Brasil (UB), que havia sido criada em 1937, como universidade-padrão, a qual as outras universidades deveriam seguir. Em relação à USP, esta teve uma maior resistência à interferência do governo federal, que se justifica por ter um maior apoio financeiro do governo do estado e uma maior autonomia, no que diz respeito ao governo federal (MENDONÇA, 2000).

O modelo de universidade-padrão da UB, por meio da Faculdade de Filosofia, tinha o objetivo de “formar trabalhadores intelectuais para os quadros técnicos da burocracia estatal, nas áreas de educação e cultura, e, particularmente, professores para o ensino secundário”. (MENDONÇA, 2000, p. 141). Com o início do governo populista, por meados dos anos 1950/1960, a universidade expandiu-se muito, momento em que aumentou consideravelmente em número. Porém, como no período anterior, elas também continuavam a ser formadas pela junção das Escolas Profissionalizantes, em sua maioria, criadas pelo processo de federalização das faculdades estaduais ou particulares (MENDONÇA, 2000). Fávero (2006, p.28) chama a atenção para esse período dizendo: “Multiplicam-se as universidades, mas com predomínio da formação profissional, sem idêntica preocupação com a pesquisa e a produção de conhecimento”. No início dos anos 1950, a Escola Técnica de Curitiba (futura UTFPR) passou a sediar a Comissão Brasileiro-Americana Industrial (CBAI), fruto de um acordo de cooperação entre o Brasil e os EUA, cujo objetivo era de orientação, formação e treinamento de professores da área técnica do Brasil, no campo do ensino industrial (UTFPR, 2013).

Os anos 1950/1960 foram marcados por mudanças na estrutura pedagógico-administrativa do ensino superior e pela criação de várias universidades, como a Universidade Federal do Ceará, a Faculdade de Medicina

de Ribeirão Preto, a Universidade Rural de Minas Gerais (hoje Universidade Federal de Viçosa), as Escolas Superiores de Agricultura de Piracicaba e do Rio Grande do Sul e, uma das mais importantes, a Universidade de Brasília (UNB). Esta última tinha as características das transformações da reforma da universidade, chamada reforma de base, liderada pelo movimento dos estudantes. Esse processo de desenvolvimento nacional foi marcado, segundo Mendonça (2000, p. 145), por eventos organizados pelos estudantes, que buscavam, num primeiro momento, uma universidade mais democrática, aberta ao povo, que prestasse assistência e serviços à comunidade e que atendesse as reivindicações do povo. Em um segundo momento, as reivindicações dos estudantes estavam relacionadas ao próprio conteúdo do ensino superior, criticando o “tecnicismo pragmático” e buscando um “humanismo total”, com a inserção de cursos técnicos das ciências humanas e sociais. Em um terceiro momento, o objetivo dos estudantes foi se organizarem estrategicamente para a condução de seu movimento.

O Governo Federal criou, em 1968, um Grupo de Trabalho (GT) para estudar a Reforma da Universidade, cujas orientações do GT balizaram a chamada Reforma de 1968, que culminou na Lei nº 5.540/68 e outras legislações complementares, que foram importantes para o seu processo de consolidação. Uma importante consequência da Reforma foi a criação de cursos de pós-graduação, que impulsionaram a qualidade da formação dos professores e do incentivo à pesquisa. A Reforma não conseguiu estabelecer a autonomia universitária, no contexto do governo autoritário, pois os recursos financeiros eram controlados pelo governo federal, que os comandava, conforme suas políticas (MENDONÇA, 2000).

Segundo Gacel-Ávila et al. (2005), após a Segunda Guerra Mundial, expandiu-se às

atividades de cooperação internacional, através de acordos de cooperação para o desenvolvimento dos países latino-americanos, no que tange às questões econômicas e sociais.

A Reforma de 1968 traz no seu bojo um desenvolvimento centrado no sujeito, centrado na eficiência, um modelo que inicia a ser despontado de forma mundial no qual o Brasil se insere de forma ativa. Nesse contexto, em 1971, a Escola Técnica de Curitiba passou a se chamar Escola Técnica Federal do Paraná, orientada pela Lei nº 5.692/71, que buscava formar para o trabalho. Com autorização do Ministério da Educação e da Cultura, em 1974, ela passou a ofertar os cursos superiores de Engenharia de Operação, nas áreas de Construção Civil e Elétrica (UTFPR, 2013). Santos (2015) ressalta que o modelo de desenvolvimento que estava se construindo era pautado numa produção de conhecimento baseada no que era de interesse ao mercado e não à humanidade em geral.

Dez anos após a Reforma de 1968, em 1978, no cenário de apogeu de um modelo de desenvolvimento centrado na eficiência, produtividade e rendimento em que a fortificação da técnica, da racionalidade técnico-instrumental era o centro do modelo de desenvolvimento, a Escola Técnica Federal do Paraná é transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET), para fortalecer mais ainda esse modelo de desenvolvimento, esse modelo de país, que era um projeto dos governos militares. Os cursos de graduação ofertados eram: Engenharia Industrial Elétrica, com ênfase em Eletrotécnica e em Eletrônica/Telecomunicações; Curso Superior de Tecnologia em Construção Civil, posteriormente transformado em Engenharia de Produção Civil e, após, em Engenharia Industrial Mecânica.

Os anos 1980 foram marcados pelo movimento de globalização, principalmente a partir dos países centrais, chegando em seu ápice nos anos 1990. Sobrinho (2005) aponta que

a globalização influencia todos os espaços, em todos os lugares do mundo e em várias dimensões. Ela altera as noções de tempo e de espaço, no que diz respeito à comunicação e informação, imprime novos perfis no mundo do trabalho.

“Os processos de globalização resultariam das interações entre várias constelações de práticas. Mas uma só globalização seria realmente hegemônica – a capitalista neoliberal”. (LEITE; GENRO, 2012, p. 766). A globalização é pautada em um discurso político e ideológico hegemônico, baseado nos princípios do neoliberalismo, em que os interesses do mercado se sobressaem (LEITE; GENRO, 2012). Nesse contexto, a interiorização do CEFET-PR se deu, inicialmente, através do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico-PROTEC, instituído pelo governo federal, em que puderam ser criadas novas unidades nas cidades de Medianeira (1989), Cornélio Procópio, Ponta Grossa e Pato Branco (1993), Campo Mourão (1995) e Dois Vizinhos (2003) (UTFPR, 2013).

A América Latina teve grandes influências e modificações, a partir do processo de globalização. Leite e Genro (2012) ressaltam que o imperialismo liderado pela Comunidade Europeia, em seu setor educativo, pautado principalmente no Processo de Bolonha, tinha a intenção de implementar uma política internacional de educação, de acordo com um padrão europeu, com o intuito de alcançar interesses capitalistas e com a intenção de atingir o mundo, sendo que a América Latina faz-se presente como objetivo desse processo.

Morosini (2006) resalta que a universidade esteve ligada ao Estado, desde a sua criação, porém, na contemporaneidade, ela está mais intimamente ligada ao terceiro setor e ao mercado. Esse mercado “ampliou sua abrangência do âmbito nacional para a inclusão do transnacional, na medida em que a educação é considerada como serviço”. (MOROSINI,

2006, p. 191). E, segundo a autora, a internacionalização marca de formas diversas as relações entre as universidades.

Leite e Genro (2012) afirmam que existem vários atores internacionais que operam na América Latina, além da Comunidade Europeia, como, por exemplo, o Banco Mundial e a UNESCO, com o intuito de buscar a garantia de que os países latinos irão seguir os padrões de educação estipulados por eles. Esses padrões baseiam-se em processos de acreditação e avaliação da qualidade da Educação Superior, com o intuito de comprovar a qualidade das Instituições de Ensino Superior. Essas avaliações possuem em seu bojo a difusão de valores e concepções de um modelo de desenvolvimento hegemônico, em que a produtividade, a eficiência e a lucratividade são postas em primeiro lugar.

Nesse contexto de mercado e de avaliação, algo importante a se destacar é a competição que tem se firmado entre as universidades de todo o mundo. “Para sobreviver, as instituições de ensino superior estão usando os *rankings* para ajudar o planejamento estratégico, estabelecer objetivos e definir prioridades”. (HAZELKORN, 2009, p. 43). Os *rankings* surgem como manifestação da globalização, para apontar um conhecimento global e que já não é mais determinado apenas pelo Estado, mas sim pelo mercado (HAZELKORN, 2009, p. 43).

Dentro da lógica da globalização na América Latina, no que tange ao Brasil, ela também causou um impacto muito grande na relação entre o Estado e a Educação Superior, bem como nas relações entre as instituições e entre essas e a sociedade. No momento, as atividades da Educação Superior estão vinculadas ao sucesso econômico do Brasil. Essa questão tem como destaque os *rankings* que estabelecem critérios de exigências, para classificar as melhores universidades do mundo, gerando competição entre elas e

transformando-as em corporações estratégicas. Dessa forma, “bem colocada ou não, com foco internacional ou regional, cada instituição foi arrastada para o mercado mundial do conhecimento, desafiando pressupostos básicos sobre a educação superior de massa”. (HAZELKORN, 2009, p. 45).

Morosini (2006, p. 207) afirma que as universidades de classe mundial se apresentam como modelos de produção e distribuição de conhecimento no mundo e a grande maioria delas está localizada no hemisfério Norte. Elas são envolvidas por “liderança em todos os aspectos da ciência, como na pesquisa, no ensino, nos modelos organizacionais e na gestão das universidades e na disseminação do conhecimento”. Nesse contexto, segundo Gomes e Moraes (2012), os acontecimentos que marcaram o período de 1990 a 1994 e, de 1995 em diante, tiveram grande influência na expansão da Educação Superior brasileira. Nessa época, os governos federais tiveram seus líderes democraticamente eleitos, sendo eles: Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010).

Gomes e Moraes (2012) defendem o período a partir de 1995 em diante, como um período de transição entre um sistema de elite, para um sistema de educação superior de massa. Segundo os autores, esse período é marcado pela estabilização da moeda, devido ao Plano Real e por políticas claramente voltadas para a expansão da educação superior. Ressaltam que o governo de Fernando Henrique Cardoso e, posteriormente, o governo de Lula, foram marcados por políticas de incentivo ao setor privado, que apontaram para a construção do sistema de massa. No que tange à expansão realizada no governo de Fernando Henrique, Gomes, citado por Gomes e Moraes (2012, p. 182), aponta que a expansão da educação superior foi realizada mediante financiamento privado, doméstico, com a participação ativa do

“consumidor de serviços educacionais”. Com a continuidade da política de privatização, Lula segue o processo de expansão da universidade, com o objetivo de ampliar o acesso aos jovens e trabalhadores das classes sociais mais baixas da população, que historicamente ficavam fora da Educação Superior. Uma das políticas implantadas por ele foi o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), através da Lei nº 11.096/2005 e que tem o objetivo de ofertar aos estudantes de escola pública e com baixa renda, bolsas de estudos integral ou parcial, em universidades privadas. Cabe ressaltar que o financiamento dessas bolsas se dá a partir de dinheiro público (GOMES; MORAES, 2012).

Conforme os autores, Lula teve em seu governo o Programa de Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), que tinha como meta implantar 10 novas universidades federais e criar ou consolidar 49 câmpus nas cinco regiões do Brasil. É nesse contexto, conforme consta no PDI da UTFPR, que houve a transformação do CEFET para UTFPR. Avançando com a expansão, o MEC autorizou outros seis câmpus da UTFPR, além dos que já existiam anteriormente: Apucarana, Londrina e Toledo (2006), Francisco Beltrão (2008), Guarapuava (2011) e Santa Helena (2014) (UTFPR, 2013).

Um outro programa implantado pelo governo Lula, para a expansão do Ensino Superior, foi o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que tem como objetivo principal ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Para tanto, o governo federal criou uma série de medidas para a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de Educação Superior. Dentre as ações, estão o aumento do número de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão (BRASIL, 2007).

O REUNI teve um grande impacto nas transformações as quais a UTFPR foi sofrendo, devido as suas exigências e o cumprimento de seus objetivos. Uma das metas que consta no REUNI (BRASIL, 2007) diz respeito à internacionalização, que está apresentada na dimensão da mobilidade intra e interinstitucional, como uma estratégia de reforma da Educação Superior.

Nesse sentido, entende-se a Internacionalização da Educação Superior como um conjunto de ações, de políticas e de programas que apontam para uma maior interação, com distintas ênfases, entre as universidades brasileiras e o cenário internacional da Educação Superior. Stallivieri (2004, p. 15) aponta que “é necessário internacionalizar para poder competir em níveis de igualdade com as melhores instituições de ensino superior nacionais e estrangeiras.” Knight (2012) ressalta que a internacionalização tem se mostrado em evidência e isso pode ser percebido através das estratégias das universidades, da discussão nas políticas nacionais de educação, das publicações de artigos acadêmicos e das declarações de âmbito internacional.

Nesse contexto, o Brasil também se organiza no sentido de pensar o seu processo de internacionalização. Esse movimento passa por efetivas políticas públicas, que possuem o objetivo de aumentar a qualidade dos cursos de graduação no país, como é o caso, por exemplo, do programa Ciência sem Fronteiras, criado em 2011, no governo de Dilma Rousseff. O Programa foi oficialmente instituído pelo Decreto N° 7.642, de 13 de dezembro de 2011 e os primeiros estudantes contemplados puderam viajar já em 2012 (BRASIL, 2015).

Esse programa é fruto do esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas instituições de fomento (CNPQ e CAPES) e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do

MEC. Ele propõe promover a consolidação, a expansão e a internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira através do intercâmbio e da mobilidade internacional. A intenção do governo federal era fornecer 101 mil bolsas aos estudantes, distribuídas entre as seguintes modalidades: Doutorado Sanduíche, Doutorado Pleno, Pós-Doutorado, Graduação Sanduíche, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação no Exterior, Atração de Jovens Talentos e Pesquisador Visitante Especial. Do total de bolsas oferecidas, 64.000 estavam previstas para a Graduação Sanduíche, meta cuja intenção era ser cumprida até o ano de 2015 (BRASIL, 2015).

Os estudantes foram enviados para uma diversidade de 23 países, cujos estudos foram realizados em um montante de mais de 100 universidades. As áreas eleitas como prioridades são em um total de 18, entre elas as engenharias, tecnologias e saúde, não sendo contempladas as áreas de humanas (CUNHA; RESCHKE, 2016).

Dessa forma, é possível perceber que a internacionalização da Educação Superior vem se expandindo com grande rapidez. Pode-se observar um grande aumento na mobilidade de estudantes, professores, pesquisadores e demais profissionais da área da educação, em busca de troca de conhecimentos e tecnologias, no âmbito de países parceiros do Brasil. Esse movimento pode ser observado na UTFPR, que segundo a Diretoria de Relações Interinstitucionais (2016), por meio do Programa Ciência Sem Fronteiras, enviou mais de 2.000 estudantes de graduação para universidades estrangeiras, de 2012 a 2015.

Como podemos perceber, todo o contexto da industrialização e do modo como a produção do conhecimento foi acontecendo, atrelada ao modo de produção capitalista, teve grande influência nas transformações as quais as universidades brasileiras foram

sofrendo e, na UTFPR, não foi diferente. Assim, podemos observar que a Internacionalização da Educação Superior está presente na UTFPR, principalmente por influência da industrialização, a partir dos anos 1950.

A internacionalização aparece como uma das características da história da universidade. É notório que ela existe desde os primórdios das universidades. Porém, ela passa a ganhar um maior espaço na agenda de discussões da educação mundial e se coloca como um tema emergente, a partir dos movimentos de globalização, na década de 1990, no momento em que passa a ser vista como uma possibilidade de influenciar na produção de conhecimento, pautada nas estratégias do mercado global, vinculada ao modo de produção capitalista. No PDI da UTFPR (2013), ela aparece com o intuito de articulação com universidades mundiais. No documento é possível identificar que dentro da Dimensão 2, que trata da “Política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades”, consta a meta de “Ampliar a internacionalização institucional”. Além dessa meta, no Projeto Político-Pedagógico Institucional - PPI da instituição, aprovado pelo Conselho Universitário-COUNI, em 09/03/2007, consta o objetivo de “orientar a mobilidade acadêmica nacional e internacional”. (UTFPR, 2013, p. 25).

Analisando a UTFPR, a partir do PDI, é possível compreender que o seu processo de internacionalização é emergente. Essa dimensão vem se estruturando a passos lentos, porém vem ganhando um grande espaço de discussão. No referido documento são encontradas metas e objetivos previstos até 2017, no que diz respeito à UTFPR internacionalizar-se mais, porém, não se encontram estratégias e ações bem definidas, descritas

claramente, por exemplo, na forma de um planejamento estratégico.

Um estudo realizado por Tavares (2016), apontou que políticas de internacionalização na Instituição não aparecem com diretrizes norteadoras, mas como uma meta de modo geral, de ampliar a internacionalização na Instituição sem a sistematização de objetivos específicos e estratégias no seu plano estratégico institucional.

Um dos itens que aparecem em relação à internacionalização da Instituição são os acordos internacionais, por meio de parcerias com instituições localizadas no hemisfério Norte. Hoje, o novo modelo de internacionalização tem influenciado as universidades a organizá-lo como política, sendo planejada e executada no âmbito dos departamentos da instituição. Esse modelo é chamado “modelo periférico” de internacionalização da educação superior e é o modelo predominante no Brasil (MOROSINI, 2006). Um dos motivos para a autora afirmar que o modelo de Internacionalização da Educação Superior no Brasil é periférico é devido aos estudos que comprovaram que o destino dos estudantes para estudar no exterior são os países do Norte, ou seja, para os países centrais. Segundo a autora, o primeiro bloco de países de referência é formado por: Estados Unidos, França, Alemanha, Inglaterra, Espanha e Portugal. O segundo bloco é formado por: Canadá, Itália, Austrália, Holanda, Suíça e Bélgica. Diante desse contexto é possível afirmar que os países chamados centrais apontam direções/diretrizes à Educação Superior dos países periféricos no que se refere ao processo hegemônico de produção de conhecimento.

Para haver financiamentos de políticas para os países periféricos é preciso que se sigam os interesses dos países centrais, como, por exemplo, pesquisar sobre temas estratégicos a eles, mesmo que esses temas, em princípio, não sejam de interesse dos

países periféricos. Assim, o que, por muitas vezes, acontece é a falta de aplicabilidade social dos conhecimentos produzidos nos países periféricos, pois seu uso se dá em outros contextos (KREIMER, 2009). Portanto, entende-se que os países periféricos precisam se adaptar às exigências dos países centrais, que apontam como essencial a vinculação da Educação Superior com o mercado de trabalho e, conseqüentemente, com as exigências do modo de produção capitalista. Atender a estas demandas não parece ser uma opção, mas sim, uma forma dos países periféricos estarem incluídos no contexto global e se tornarem mais competitivos também. Legitimase nesse processo a lógica de privatização, de educação para o mercado, com produção de conhecimento na lógica hegemônica, que tem na Educação Superior mais uma oportunidade a serviço do capital.

Conforme afirma Kreimer (2009), os conhecimentos produzidos na periferia não são periféricos, mas sim são produzidos em local diferente do centro. Eles possuem suas próprias regras, baseadas em sua própria cultura e na interação com a ciência internacional. Nesse sentido, Sousa Santos (2004) chama a atenção para o modelo hegemônico, eurocentrado, e ressalta que é preciso radicalizar a prática, reinventar a emancipação e ir além da crítica do Norte. É olhar para a complexidade da crítica, das epistemes, valorizando os saberes.

Todos saberes precisam ser valorizados. É preciso entender a pluralidade e romper com a hierarquia, visto que não há um projeto para a emancipação, mas há vários, há uma pluralidade. É preciso que se defenda a não opressão em todos os níveis, mudando o olhar para a inclusão do Sul, ou melhor, a partir do Sul (SOUSA SANTOS, 2004).

Os saberes produzidos no Brasil não são iguais em nenhuma região do mundo, pois estão contextualizados com a sua história, sua cultura, sua localização geográfica e, por isso,

ele produz um saber diferente de quaisquer outras regiões. Dessa mesma forma, outros países e regiões produzem um conhecimento baseado nesse mesmo entendimento e o que se torna interessante é pensar na Internacionalização da Educação Superior como troca de saberes, numa relação de compartilhamento de conhecimento, em que instituições parceiras avançam na produção de conhecimento a partir de bases democráticas e solidárias.

Considerações Finais

O presente artigo teve o objetivo de analisar como o processo de internacionalização tem se configurado e suas implicações na Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR. Pode ser observado que a internacionalização está presente nas universidades brasileiras desde seus primórdios e foi ganhando um espaço grande na agenda da educação mundial. Esse espaço é delimitado por um modelo de desenvolvimento que tem em sua base os preceitos da racionalidade hegemônica, em que a produtividade, a eficiência e a lucratividade são elementos fundamentais e que se sobressaem.

A análise das ações da UTFPR, a partir do PDI, mostrou que esta universidade tem um grande interesse na internacionalização, aparecendo como meta no Documento, porém não existem ações planejadas e definidas. O Programa mais significativo, até o momento, é o Ciência Sem Fronteiras, que, em todo o contexto da instituição, teve a participação de mais de 2.000 estudantes.

Não se pode negar que a Internacionalização da Educação Superior pode trazer avanços e crescimento para o país, porém é preciso considerar os países periféricos, de acordo com seus contextos sociais e históricos, também como grandes produtores de conhecimento e, conseqüentemente, construtores de tecnologias e inovações.

A produção hegemônica, hierarquizada, construída pelos países centrais, impõe a lógica da subordinação aos países periféricos. Os países e regiões que foram explorados, não tiveram o mesmo desenvolvimento que os países do centro, pois as condições de produção do conhecimento, de tecnologias e inovações não são e não foram as mesmas. O contexto histórico, econômico, político e social é gritantemente diferente.

Assim, o grande desafio parece ser superar a postura periférica, que muitas vezes

assumimos, e produzir Ciência, valorizando nosso contexto, nossa história, valorizando nossos saberes, ricos e genuínos. Os desafios passam sobretudo em produzir conhecimento alicerçado em bases democráticas e solidárias. Os saberes partilhados podem ser compartilhados no processo de Internacionalização da Educação Superior, valorizando assim, saberes produzidos em países periféricos, numa relação de troca e não de imposição hegemônica.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI**, 2007. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br>. Acesso em: 05 abr. 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação – MEC – **Ciência Sem Fronteiras** – Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>. Acesso em: 03 abr. 2015.
- CUNHA, M. I. da.; RESCHKE, M. J. D. Internacionalização da Educação e Mobilidade Estudantil em Questão. In: **Reunião Científica Regional da ANPED**. Curitiba: ANPED, 2016. Disponível em: http://www.anpedsul2016.ufpr.br/wp-content/uploads/2015/11/eixo8_MARIA-ISABEL-DA-CUNHA-MARIA-JANINE-DALPIAZ-RESCHKE.pdf. Acesso em: 02 dez. 2016.
- FÁVERO, M. L. A. **A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. Educar: Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.
- GACEL-ÁVILA, J. et al. Al estilo Latino Americano: tendencias, problemas y direcciones. In: WIT, Hans De et all. (Ed). **Educación Superior En América Latina: La dimensión internacional**. Banco Mundial: Bogotá, Colombia, 2005.
- GOMES, A. M.; MORAES, K. N. de. Educação superior no Brasil contemporâneo: transição para um sistema de massa. **Educ. Soc.** [online].v.33, n. 118, pp. 171-190, 2012.
- HAZELKORN; E. Os rankings e a batalha por excelência de classe mundial: estratégias institucionais e escolhas de políticas. **Higher Education Management and Policy**, vol. 21, n. 1, 2009, p. 47-68. Disponível em: http://www.gr.unicamp.br/ceav/revistaensinosuperior/ed01_mai2010/pdf/Ed01_marco2010_ranckings.pdf. Acesso em: 20 mar. 2016.
- KNIGHT, J. Internacionalização da Educação Superior. Novos Desenvolvimentos e Consequências Não Intencionadas. **Boletim IESALC Informa de Ensino Superior**. 2010.
- _____. Cinco Verdades Sobre Internacionalização. International Higher Education. Publicação Trimestral do Center for International Higher Education. **Journal for Studies in International Education**. n. 69. 2012. Disponível em: <http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ihe/IHE69port.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2015.
- _____. Universidades apostam na internacionalização. Entrevista. **Extra**. Julho, 2014. Disponível em: <http://www.extraclasse.org.br/edicoes/2014/07/universidades-apostam-na-internacionalizacao/>. Acesso em: 24 jun. 2015.

- KREIMER, P. Ciencia y periferia. In: _____. **El científico es también un ser humano**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009.
- LEITE, D. ; GENRO, M. E. H. Avaliação e Internacionalização da Educação Superior: quo vadis América Latina?. In: LEITE, D. et. al. **Políticas de evaluación universitaria en América Latina: perspectivas críticas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Instituto de Investigaciones Gino Germani, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772012000300009. Acesso em: 12 dez. 2016.
- LIMA, M. C.; CONTEL, F. B. **Internacionalização da Educação Superior: nações ativas, nações passivas e a geopolítica do conhecimento**. São Paulo: Alameda, 2011.
- MENDONÇA, A. W. P.C. A universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 131-151, 2000.
- MOROSINI, M. C. Internacionalização de Sistemas Universitários: o Mercosul. In: SGUISSARDI, Valdemar, SILVA JUNIOR, João dos Reis (orgs.). **Políticas Públicas para a Educação Superior**. Piracicaba: UNIMEP, 1997.
- _____. Internacionalização da Educação Superior: um modelo em construção? In: AUDY, Jorge L. N.; MOROSINI, Marília C. (Orgs.). **Inovação e Empreendedorismo na Universidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 189-210, 2006.
- SANTOS, M. **Por Uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. 25ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- SILVA, F. L. Universidade: a idéia e a história. **Estudos Avançados**, p. 191-202, 2006.
- SOBRINHO, J.D. Educação superior, globalização e democratização. Qual universidade? **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 28, Jan/Abr. 2005. ISSN 1809-449X. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782005000100014&script=sci_arttext. Acesso em: Jul. 2015.
- SOUSA SANTOS, B. Do Pós-Moderno ao Pós-Colonial: e para além de um e outro. **Conferência de abertura do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. Coimbra, setembro de 2004.
- _____. **Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- STALLIVIERI, L. **Estratégias de Internacionalização das Universidades Brasileiras**. Caxias do Sul: Educs, 2004.
- TAVARES, M. **Internacionalização da Educação Superior: estratégias e ações da Universidade Tecnológica Federal do Paraná**. 2016. 164f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2016. Disponível em: http://www.utfpr.edu.br/patobranco/estrutura-universitaria/diretorias/dirppg/pos-graduacao/mestrados/ppgdr2/arquivos/PB_PPGDR_M_TavaresMarcelo_2016.pdf. Acesso em: 25 abr. 2016.
- TRINDADE, H. Universidade Ciência e estado. In. **Universidade em Ruínas: na república dos professores**. Porto Alegre: Vozes, p.9-23, 1999.
- UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – UTFPR – **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. 2013 - 2017**. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/a-instituicao/documentos-institucionais/pdi-2013-2017/plano-de-desenvolvimento-institucional-2013-2017/view>. Acesso em: 09 jul. 2015.
- UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – UTFPR – **Diretoria de Relações Interinstitucionais**. Curitiba, 2016. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/pro-reitorias/prorec/diretoria-de-relacoes-interinstitucionais/relacoes-internacionais-por>. Acesso em: 18 dez. 2016.